

Nacional

estadão.com.br

Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadão.com.br/e/radarpolitico

Judiciário. Auditoria do Tribunal de Contas constatou que TRTs fizeram cálculos equivocados e repasses irregulares a servidores e magistrados; do passivo de R\$ 2,4 bi, revisão mostrou que somente a metade desse valor seria de fato devida, mas R\$ 1,5 bi já foi pago

TCU descobre 'farra dos benefícios' em tribunais trabalhistas e barra repasses

Fábio Fabrini | BRASÍLIA

Mediadora das disputas salariais entre patrões e empregados, a Justiça Trabalhista entrou na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) pela generosidade com que tratou seus magistrados e servidores. O TCU mandou suspender no final de janeiro o pagamento de R\$ 818,9 milhões em dívidas reconhecidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) com seu quadro de pessoal. Auditoria feita pelo Tribunal de Contas confirmou irregularidades na concessão de benefícios trabalhistas pelos TRTs.

O repasse seria feito a partir de abril, conforme acordo do Judiciário com o Ministério do Planejamento, mas, por causa do bloqueio, só poderá se concretizar após o término de fiscalização do Tribunal de Contas.

O TCU apura desde 2010 o descontrole na folha de pagamentos dos TRTs. Pressionado, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), órgão supervisor dos tribunais, admitiu, em 2012, que o generoso passivo trabalhista reconhecido, de R\$ 2,4 bilhões, corresponde ao dobro do montante realmente devido (R\$ 1,2 bilhão).

Por ora, R\$ 1,5 bilhão já foi pago, com base em cálculos equivocados, segundo o TCU, que permitiram a aplicação de percentuais exorbitantes de correção monetária e juros sobre os débitos.

O montante já repassado aos servidores se refere às diferenças salariais pagas após a conversão da Unidade Real de Valor (URV) em real; ao recálculo da parcela autônoma de equivalência (PAE), que incorporou o antigo auxílio-moradia; e ao adicional por tempo de serviço (ATS).

Só esses dois últimos benefícios, concedidos apenas a magistrados, já sangraram os cofres públicos em R\$ 957 milhões. Num dos casos já identificados, o valor do antigo auxílio-moradia a ser pago alcançou R\$ 4 milhões.

Por ordem do TCU, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho calcula agora quanto foi desembolsado a mais em cada TRT para futura e eventual ordem de ressarcimento.

Parcelas. Suspensa por decisão cautelar de 30 de janeiro, a parcela de R\$ 818,9 milhões é a última das quatro pactuadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) com a Justiça Trabalhista. As primeiras três parcelas, de 2010, 2011 e 2012, foram pagas com base em cálculos inflados, apontou auditoria do TCU.

No voto que fundamentou o

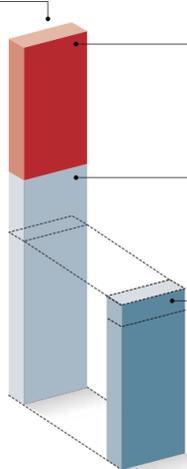


Aritmética. Fachada do TRT do Rio, um dos que tiveram repasses bloqueados; descontrole das folhas de pagamento motivou investigação do Tribunal de Contas

IRREGULARIDADE NOS REPASSES

R\$ 2,4 BILHÕES

é o passivo de dívidas trabalhistas reconhecido pelos TRTs com seus magistrados e servidores



FONTE: TCU E CSJT

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

acórdão, o relator do caso no TCU, ministro Weder de Oliveira, justifica que o repasse dos recursos, sem a devida revisão, daria margem a mais danos ao erário. Outro motivo é que, com a mudança de comando no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a consequente dança de cadeiras no CSJT, a conclusão dos cálculos pode atrasar.

O CSJT descumpriu o prazo inicialmente fixado pelo Tribunal de Contas para prestar contas dos pagamentos irregulares.

Cobrado, pediu prorrogação da data para 29 de março, o que foi deferido. Um dos principais motivos é que alguns TRTs têm sonegado ao conselho informações fundamentais para a conclusão dos levantamentos.

Por sugestão do atual presidente do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, o Tribunal de Contas determinou que os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho enviem, em 15 dias, os dados cobrados pelo órgão de

controle. O descumprimento pode sujeitá-los a multa.

Cálculos. O pente-fino no passivo trabalhista pode revelar irregularidades ainda mais vultosas. É que os montantes calculados até agora excluem a chamada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), sigla que abarca vários tipos de benefícios; e o abate-teto, corte obrigatório de valores que excedem o teto do salário do funcionalismo (R\$ 28 mil).

No TRT da Bahia, até quem morreu recebe verba extra

● O TCU encontrou até servidores mortos como beneficiários dos "extras" do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, da Bahia. A constatação é de auditoria recém-concluída, que reforça os indícios de fraude no reconhecimento de passivos trabalhistas. Durante a fiscalização, o TCU requisitou as planilhas de cálculo referentes a 10 servidores contemplados com retroativos de uma vantagem incorporados entre abril de 1998 e setembro de 2001. O tribunal entregou documentos de apenas quatro, pois os outros seis haviam morrido ou

se desligado do quadro de pessoal antes desse período.

A exemplo dos demais TRTs, a auditoria apontou irregularidades no cálculo dos benefícios dos servidores. Apenas um dos funcionários tinha um débito reconhecido de R\$ 1,1 milhão. "O relatório da inspeção evidencia fragilidades nos sistemas de controle e quantificação dos passivos trabalhistas que possibilitam a ocorrência de situações de risco ao erário e suscitam dúvidas sobre a confiabilidade dos sistemas e a correção dos valores pagos e a pagar", disse o ministro do TCU Weder de Oliveira. Em decisão de 23 de janeiro, o Tribunal de Contas mandou o TRT baiano suspender os pagamentos. O tribunal baiano não atendeu os telefonemas do Estado ontem. / F.F.

Em fiscalizações pontuais, como no TRT da 5ª Região (Bahia), o TCU já identificou irregularidades também nessa área.

A ordem para recalcular o passivo da Justiça trabalhista foi dada após auditoria que apurou, em 2010, prejuízo potencial de R\$ 274 milhões nos débitos reconhecidos pelo TRT da 3ª Região (Minas Gerais).

O valor apurado pelo tribunal era de R\$ 576 milhões, ante R\$ 302 milhões encontrados pelo Tribunal de Contas. Nas fiscali-

zações posteriores, a corte confirmou que os erros que turbinaram os contracheques estavam disseminados. "A maioria absoluta dos TRTs não possui sistema de pagamento para apuração de passivos, utilizando para tanto planilhas em Excel", aponta relatório que fundamentou a suspensão de pagamentos.

O CSJT não se pronunciou ontem, alegando falta de tempo para levantar informações e responder a questionamentos feitos pela reportagem do Estado.

Juízes reclamam dos salários e recorrem à Corte Interamericana

Anamatra pede ajuda externa para recompor perdas desde 2006 com inflação e diz que diálogo com governo esgotou-se

Marcelo Gomes | RIO

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) denunciou o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington, sob a acusação de desrespeitar os princípios constitucionais da independência harmônica entre os Três Poderes e da revisão anual dos subsídios dos servidores públicos.

res e da revisão anual dos subsídios dos servidores públicos.

No documento de 95 páginas, entregue quarta-feira à comissão - ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA) -, a Anamatra alega que a omissão do Executivo e do Legislativo na recomposição anual das perdas inflacionárias nos subsídios da magistratura representa uma agressão à independência do Judiciário. Além disso, a associação ressalta que foram esgotadas todas as possibilidades de reversão do problema no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de mandados de injunção que nem sequer foram julgados.

● Custo de vida

RENATO SANT'ANNA
PRESIDENTE DA ANAMATRA
"Desde 2006, tivemos 25% de perda do poder de compra. O juiz com 20 anos de carreira recebe hoje R\$ 15 mil líquidos. Não estamos falando de marajás. Vivemos de nossos salários"

"O Executivo e o Legislativo vêm ignorando as propostas orçamentárias do Judiciário, que preveem reajuste dos subsídios da magistratura como forma de compensar a inflação. Desde

2006, tivemos 25% de perda do poder de compra. O juiz do trabalho com 20 anos de carreira recebe hoje cerca de R\$ 15 mil líquidos. No médio prazo isso pode representar uma brutal perda salarial, como ocorreu com os professores do Estado de São Paulo, por exemplo, que no passado eram bem remunerados e hoje não o são. Não estamos falando de marajás. Nós, magistrados, vivemos exclusivamente dos nossos salários. Esqueto seria se não nos preocupássemos com essa questão", afirmou Renato Henry Sant'Anna, presidente da Anamatra.

Se a comissão entender que a denúncia da Anamatra é cabível, o caso será encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica. A associação solicita que se obrigue o Estado brasileiro a recompor as perdas inflacionárias da

magistratura desde 2006, bem como pagar indenização, a título de danos materiais, aos juizes associados à Anamatra "à vista da diminuição dos seus patrimônios individuais e da progressiva corrosão do poder aquisitivo do valor de face dos subsídios, sem competente compensação anual". Não há prazo para a decisão.

O Brasil ratificou em 1992 o Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, cujo objetivo é consolidar entre os países americanos o respeito aos direitos humanos. Em 1998, o País aceitou a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana. "A denúncia é direito de todos os brasileiros, já que o Brasil aceita e reconhece a jurisdição da Corte de Direitos Humanos. A medida mostra o sentimento de esgotamento do diálogo. Em tese, o que for decidido pela corte terá de ser cumprido pelo Brasil", disse Sant'Anna.

Autor de censura ao 'Estado' vai assumir TJ-DF

Autor há três anos e meio de censura judicial ao Estado, o desembargador Dácio Vieira foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do DF. O magistrado ocupará o comando da Corte até abril de 2014, na vaga que será aberta com a aposentadoria do atual presidente, João de Assis Marioni, prevista para março.

No dia 31 de julho de 2009, Vieira foi o autor da censura ao Estado, que perdura até hoje. Ele atendeu ao pedido do empresário Fernando Sarney (filho de José Sarney), que impediu o jornal de divulgar informações da Polícia Federal sobre seu envolvimento em irregularidades.